

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A CONSTRUÇÃO TARDIA DO TERRITÓRIO NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL -O CASO DO ANTIGO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Aldomar Arnaldo Rückert
Boletim Gaúcho de Geografia, 21: 29-42, ago., 1996.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38620/26352>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - ago., 1996

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A CONSTRUÇÃO TARDIA DO TERRITÓRIO NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL – O CASO DO ANTIGO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Aldomar A. Rückert *

Na oportunidade deste “XVI Encontro Estadual de Professores de Geografia” quero resgatar o momento em que começo a perscrutar o espaço que vivencio a partir de 1983, o então quase desconhecido, para mim, Planalto Médio, a região no entorno de Passo Fundo.

Naquele momento, à medida em que avança o processo de abertura política no país, na Universidade de Passo Fundo novos ventos políticos também começam a soprar. É, então, chegada a hora do Departamento de Geografia e do Centro Regional de Educação com apoio da Universidade Estadual Paulista, Campus Rio Claro (SP) de aprofundar a sistematização do conhecimento da realidade local e regional. É neste sentido que quero trazer minha contribuição a este evento, tratando da forma como descubro este espaço, este local ou esta região, para além do fenomênico mundo das aparências, a partir da segunda metade dos anos 80.

Tratarei o tema *A Construção Tardia do Território no Norte do Rio Grande do Sul: o caso do antigo município de Passo Fundo* num enfoque genético-processual. Trata-se da gênese do território nesta região norte, com ênfase para a face agrária do mesmo, num período que corresponde do final da segunda década do século XIX ao final da segunda década do século XX, do Império ao final da República Velha. Embora esta investigação tenha prosseguido até o presente, o tema aqui abordado diz respeito somente a este primeiro grande período quando procuro resgatar os diversos agentes envolvidos neste processo.

O território é aqui tomado como construção social. É, ao mesmo tempo que “chão”, locus da atuação do Estado, também terra, natureza-matéria que é transformada em mercadoria. É nela e através dela que os homens contraem relações sociais de produção, num processo permanente de destruição / construção / reconstrução do território nas diferentes escalas da formação territorial.

O entendimento do norte do Rio Grande do Sul e do centro-norte, em parte do antigo município de Passo Fundo, dá-se portanto no conjunto da formação territorial, território concreto da sociedade de classes e espaço geopolítico do Estado Brasileiro. A formação territorial alcança, pois, escalas que variam do local ao regional e daí ao nacional e vice-versa. O norte do Rio Grande do Sul é tomado assim, como uma região, numa escala de apreensão da formação territorial, em primeiro lugar. Evidentemente que há uma diversidade de situações específicas no norte do Estado. Estas podem ser entendidas enquanto resultado de vários processos histórico-territoriais.

O critério de recorte da região norte é cronológico. Tratar-se-ia de um território de construção tardia em relação à antiga Capitania Geral de São Pedro (1807-1824), Província do Rio Grande do São Pedro do Sul (1824-1889), e Estado do Rio Grande do Sul (a partir de 1889). À medida em que: a) o território do norte é apropriado, a partir da conquista do território missioneiro (1801); b) algumas derradeiras sesmarias são concedidas (que chegam ao fim em 1822); c) as posses livres passam a “campear” livremente a partir da primeira e segunda década do séc. XIX e d) instalam-se as “colônias” com pequenos proprietários, a partir de 1890, instaurar-se-ia o processo que denomino de construção tardia do território no norte da então província e depois Estado do Rio Grande do Sul.

O antigo município de Passo Fundo – Passo Fundo, originariamente uma povoação do município de Cruz Alta, é elevado à condição de Freguesia em 1847. Dez anos mais tarde, em 1857, é elevado à condição de município, contanto já com uma população de 8.208 habitantes, dos quais 1.692 são escravos. Nesta época, Passo Fundo torna-se um dos maiores municípios em área da então Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, juntamente com São Borja, Cruz Alta e Vacaria.

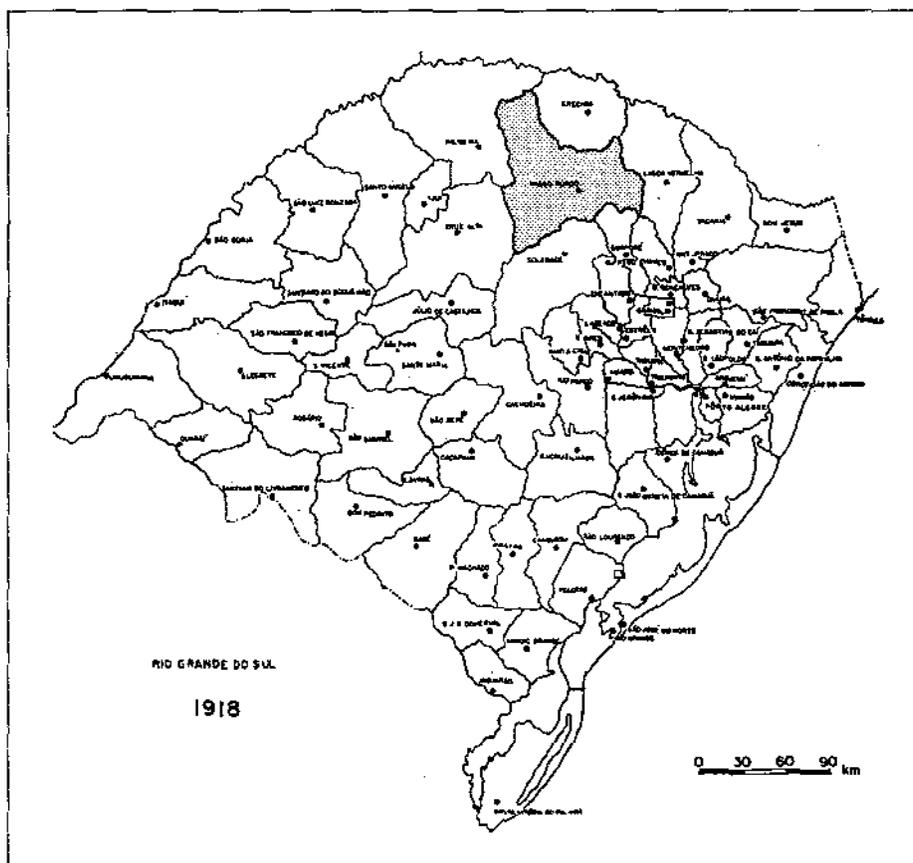
Por tratar-se de uma área vasta e por apresentar uma riqueza do ponto de vista da composição social, desde o início da ocupação das terras (indígenas, caboclos, escravos e proprietários fundiários emergentes) a trajetória da ocupação e colonização das terras deste antigo município é muito rica e significativa para a compreensão das origens de uma parte do norte do Rio Grande do Sul.

Um segundo recorte, ou delimitação aqui se impõe. A área aqui denominada de centro-norte do Rio Grande Sul refere-se, em princípio, à localização da mesma no “miolo” do Planalto Rio-Grandense, excetuando-se as áreas equivalentes aos antigos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões. Neste centro-norte forma-se o município de Passo Fundo em 1857, desmembrado de Cruz Alta, originalmente com 24.802 km² (ver fig. 1), apresentando, no entanto, uma área significativamente reduzida em 1918. Até então há importantes desanexações municipais como as de Soledade, ao sul, em 1875; parte da Colônia Guaporé, em 1903, bem como a da Colônia Erechim, em 1918.

ocorre com base na petição ao comandante da fronteira em São Borja ou aos comandantes dos povos (Missões), bem como na tomada de posse individual de grandes extensões de terras de campo pela figura social do proprietário emergente. A tomada de posse de campos acontece num processo de transição de uma concepção tradicional da terra para a moderna, quando da entrada em vigor da Lei de Terras de 1850.

As sesmarias findam, juridicamente, em 1822 e são quase inexistentes no antigo município. À medida em que se processa a formação da classe dos proprietários fundiários em Passo Fundo, no contexto da emergência do capitalismo industrial (período dito moderno), configura-se na área uma das três grandes classes modernas do capitalismo, qual seja a dos proprietários de terras.

FIGURA 2 – A ÁREA DE PESQUISA: O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO ENTRE 1918-1931



FONTE: SEC DA AGRICULTURA – IGRA

A tomada de posse das terras – A tomada de posse livre por milicianos e tropeiros é o processo principal da formação da grande propriedade fundiária a partir da primeira metade do séc. XIX, além das doações dos comandos da fronteira ou dos povos (Missões). A partir desta tomada de posse inicia-se o processo de formação da classe dos proprietários fundiários e a exclusão dos caboclos lavradores pobres e coletores de erva-mate. As figura 3 e 4 demonstram a tomada de posse de terras de matos em Passo Fundo, legitimada pela Lei de Terras de 1850.

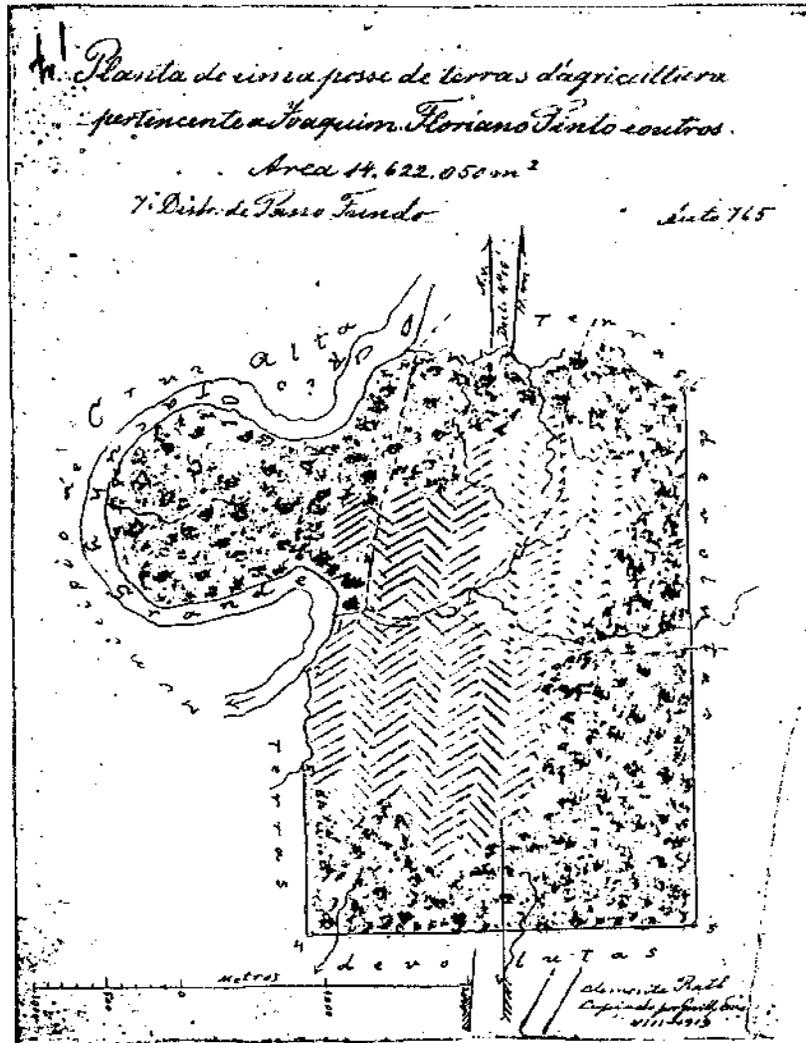
A Lei de Terras de 1850 e o caso da Fazenda Sarandy – A Lei de Terras de 1850, ao transformar a terra em mercadoria (concepção moderna da terra) e ao permitir a legitimação das posses livres consolida a grande propriedade nos campos em todo o norte da Província. Em Passo Fundo, a tomada de posse (ou supostas compras dos direitos de posse a antigos pequenos posseiros, com vagas alegações de compras) faz emergir áreas com vastas extensões, pertencentes a apenas um proprietário fundiário, via de regra absenteísta. O caso mais significativo é, sem dúvida, o da Fazenda Sarandy.

FIGURA 3



FONTE: DIVISÃO DE TERRAS PÚBLICAS – SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA

FIGURA 4



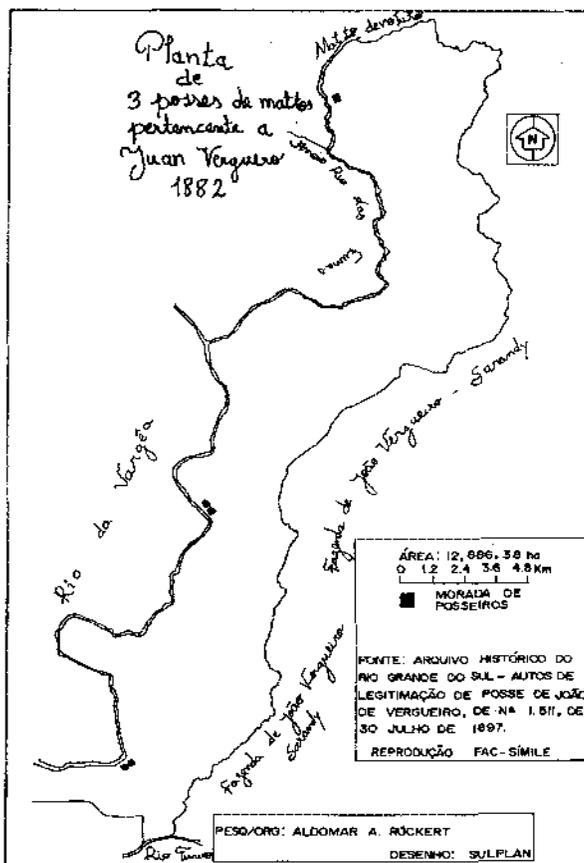
FONTE. DIVISÃO DE TERRAS PÚBLICAS. SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA.

Esta fazenda, que chega a perfazer 71.160 ha, é obtida em 1831 pelo sargento-mór das milícias do Império, João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina, residente na então Freguesia de Santa Efigênia, hoje na cidade de São Paulo. Na década de 70 do século XIX, seus descendentes, ramo da família Vergueiro, legitimam-na pela Lei de Terras de 1850, juntamente com os terrenos contíguos, as fazendas do Cedro, Bugre Morto e Arvoredo. A figura 5 demonstra a área de

12.886,38 ha de terras de matos ao longo do rio da Várzea, anexada à Fazenda Sarandy, pela Lei de Terras de 1850.

A expansão das legitimações das posses livres após 1860 – A partir da década de 60 do século XIX, após a promulgação da Lei de Terras, o processo de legitimação dos campos acelera-se no então recém emancipado (1857) município de Passo Fundo. Na década de 60 a crônica registra apenas 30 proprietários com posses legitimadas. Mas, considerando-se a informação da Câmara de Vereadores de que os campos estão, então, todos ocupados, deduz-se que, até aquele momento, há um grande número de posses livres ainda não legitimadas, bem como que a superfície das mesmas seja de grande extensão. Para a década de 80 do século XIX a tendência é de uma aparente diminuição da dimensão das posses legitimadas. Com exceções, as mesmas são, então, de menos de 1.000 ha.

FIGURA 5



FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

O início da expropriação dos caboclos – A expropriação das terras no norte do Rio Grande do Sul não se dá somente aos indígenas pelos poderes central, provincial e pelo capital e das companhias colonizadoras. Ela se dá, da mesma forma, com os camponeses caboclos, conhecidos como “nacionais”. A legitimação das grandes posses (fazendas) implica, muitas vezes, na contestação à pequena posse do caboclo, que é daí expulso pelo fazendeiro e, depois contratado como peão ou como peiteiro. Mecanismo semelhante ocorre nos ervais públicos onde os caboclos colhem erva-mate. Estes ervais são apropriados privadamente pelos fazendeiros que obtêm ganhos de causa dos juizes comissários de terras. As terras devolutas e os ervais públicos perdem espaço, gradativamente para a privatização.

A força de trabalho não paga: a escravidão – A escravidão em Passo Fundo emerge no início do século XIX, quando da ocupação da área por milicianos do Império e por tropeiros que se tornam fazendeiros escravocratas. Em meados do século XIX há uma força de trabalho escrava significativa no norte da Província, empregada, por exemplo, no preparo da erva-mate e das farinhas de mandioca, milho e trigo. Nas décadas de 70 e 80 o abolicionismo toma forma de movimento em Passo Fundo, o que gera debate entre os senhores escravocratas, tendo em vista a perda do trabalho escravo gerador de rendas. Tais perdas passariam a ser substituídas pela venda de lotes a colonos que passam a afluir ao novo mercado de terras no norte do estado. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Império corresponde a transição da renda do escravo para a renda capitalizada da terra no norte da Província.

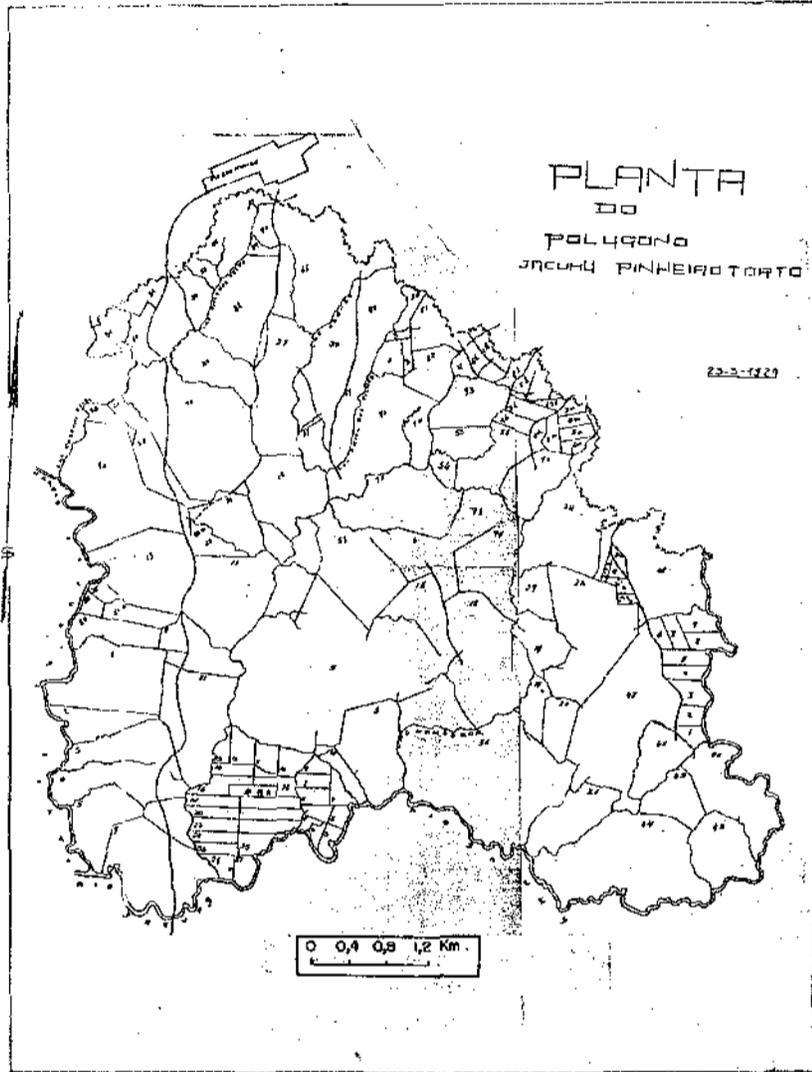
A emergência do camponês pequeno proprietário nas colônias agrícolas – A emergência do camponês pequeno proprietário nas colônias agrícolas dá-se no contexto do início da República. A colonização imperial limitara-se às “colônias velhas” na Depressão Central e Encosta Superior do Planalto. Além do mais, a instituição da República dá-se num momento histórico em que o capitalismo dissemina-se rapidamente, exigindo propostas políticas em nível interno que buscassem o “progresso”. Para tanto, abrir as terras do norte do estado à colonização torna-se uma necessidade criada e uma linha de ação do governo republicano positivista no Rio Grande do Sul.

As posses livres na passagem do século XIX para o XX – O exame de processos de legitimação de posses pequenas, entre 1909 e 1942 revela que as mesmas já não são mais ocupadas apenas por “nacionais”, mas também por camponeses colonos de origem italiana que, demandando as terras de Passo Fundo, compram os “direitos” dos posseiros anteriores. Posses ocupadas no início do século XX e legitimadas em meados do século pela legislação estadual, como o Polígono Jacuhy Pinheiro-Torto, por exemplo, demonstram as diferenças de áreas pertencentes aos diversos posseiros. As posses apresentam aí várias formas desiguais entre si.

Legitimadas e tituladas até meados deste século, as posses (e os posseiros) são, desde o início do governo republicano, objeto de atenção rigorosa por parte do governo da primeira geração de republicanos (como Júlio de Castilhos e Borges Me-

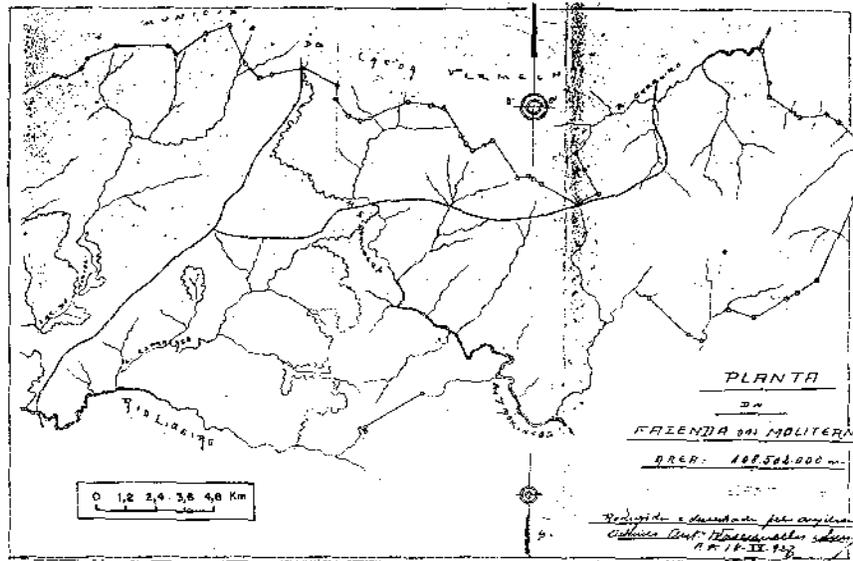
deiros), tendo em vista a necessidade de preservar o patrimônio territorial tanto para a comercialização como para a implantação da infra-estrutura viária e ferroviária. A figura 6 demonstra as diferentes formas de pequenas posses no Polígono Jacuhy-Pinheiro Torto, enquanto a figura 7 demonstra a Fazenda dos Moliterno, legitimada pela Lei Estadual de Terras de 1899.

FIGURA 6



FONTE: DIVISÃO DE TERRAS PÚBLICAS. SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA.

FIGURA 7



FONTE: DIVISÃO DE TERRAS PÚBLICAS. SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA.

A colonização e o mercado de terras em Passo Fundo – As oligarquias locais de Cruz Alta e Passo Fundo, nos anos 70 do séc. XIX, já reivindicam ao governo provincial que as terras florestais ao norte da Província sejam colonizadas, para fomentar a agricultura comercial. No governo republicano as teses financeiras e econômicas do Partido Republicano Riograndense (como a animação da agricultura) coincidem com a crise enfrentada pelos filhos de colonos nas “colônias velhas” para localizarem novos lotes. A alternativa aberta são os projetos de colonização de companhias ou do governo estadual. Abre-se em Passo Fundo um amplo mercado de terras. Entre 1897 e 1927 constata-se vinte e três colônias privadas e, a partir de 1910, a abertura de 22 colônias e seções públicas. Para a abertura deste mercado é, então, de fundamental importância a construção da ferrovia para a articulação do norte com as demais regiões do estado e do centro-sul do país.

A ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – No início da construção da ferrovia no norte do Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1903, o trecho entre Santa Maria e Passo Fundo (Tronco Norte) é adquirido pela “Cie. des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien”. Em 1898 a “Sud-Ouest” faz chegar a estrada de ferro a Passo Fundo, explorando uma região nova, com fretes de madeira provindos das serrarias, da crva-mate e da pecuária. Entre 1906 e 1920 a ferrovia passa a ser administrada por capitais de domínio do Grupo ou Sindicato Farquhar, de procedência norte-americana. O incremento dos núcleos de colonização passa a dar-se ao longo da ferrovia. A cidade de Passo Fundo torna-se um centro coletor da vida econômica e social da vasta região norte do estado.

A colonização privada – 1897 – Companhias de colonização, algumas em sociedade com os chefes políticos serranos proprietários fundiários e com sede em Porto Alegre, passam a explorar as terras de Passo Fundo como um amplo mercado de terras. Em 1897 a “Colônia Alto Jacuhy” é implantada pela Empresa Colonizadora “Schmitt & Oppitz” que loteia a Fazenda Não-Me-Toque, de propriedade do intendente republicano de Passo Fundo, Coronel Gervásio Lucas Annes. Este amplo mercado passa a ser composto pelas colônias loteadas tanto pelas companhias de colonização, pelos próprios fazendeiros bem como pelas colônias públicas.

A demanda por lotes é muito grande no início do século XX e o incentivo ao trabalho familiar também o é por parte do governo positivista que vê nessa forma de trabalho uma das formas de empreender-se o “progresso” do estado. O potencial de terras que há para vender, então, aos futuros pequenos proprietários é vasto. Em Passo Fundo o comércio de terras privadas é, pois, não só anterior à colonização oficial, mas também mais extenso. Aí as empresas de colonização são mais ativas na comercialização de terras do que o governo estadual. A este cabe, aí, administrar um menor número de colônias oficiais, bem como atuar na regularização fundiária de áreas ocupadas por posseiros.

É significativa neste contexto, pela sua extensão, a “Colônia Sarandy”, em parte da antiga Fazenda Sarandy, originalmente pertencente ao Barão de Antonina e seus descendentes da família Vergueiro. Em 1906 o intendente de Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro vende toda a fazenda aos empresários uruguaios Mouriño, Lápido e Mailhos. Estes, por sua vez, através de seus procuradores, proprietários da Companhia Colonizadora, loteiam a partir de 1917, as terras de mata. A figura 8 demonstra uma parte do conjunto de lotes instalados pela Companhia a partir de 1917.

FIGURA 8 – TRECHO DA COLÔNIA SARANDY

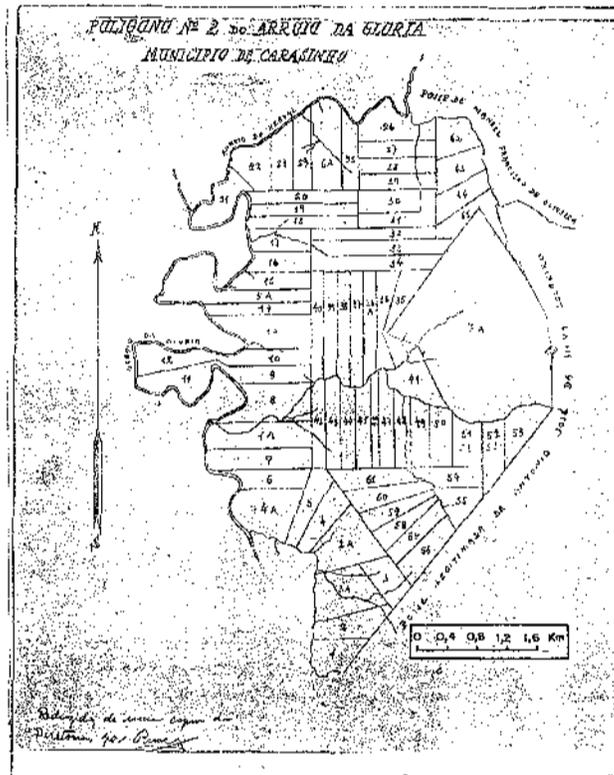


FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDY

A colonização pública (1910) – A colonização pública para a produção alimentar, em Passo Fundo, dá-se com o governo da primeira geração de republicanos, visando o “progresso”, conforme os preceitos do positivismo encetado no estado, através da pequena propriedade. As colônias e seções públicas iniciam-se em 1910, com as Seções Sertão e Rio Bonito (no atual município de Sertão), havendo um maior número de assentamentos e legitimações de posses realizadas no ano de 1917.

Até 1922 as principais colônias e seções públicas já estão delimitadas e vendidas, dentre as quais a “Colônia Marau”, aberta a partir de 1912, com uma significativa economia gerada na circulação de mercadorias da economia familiar camponesa. As seções e polígonos menores vão sendo instaladas ao longo dos anos pela Diretoria de Terras e Colonização, atingindo os serviços de colonização estadual seu término na década de 50. Na década de 60 ainda ocorrem algumas medições em pequenas seções, mas que não alteram o quadro basicamente consolidado nos anos pré 50. A figura 9 demonstra um conjunto de lotes implantados pelo serviço público estadual, localizado, atualmente, no município de Vitor Graef.

FIGURA 9

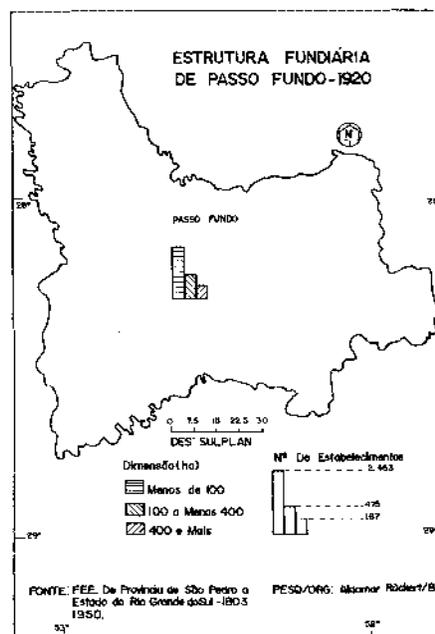


FONTE: DIVISÃO DE TERRAS PÚBLICAS. SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA.

A estrutura fundiária de Passo Fundo: produto das diferentes formas de apropriação da terra – Na década de 20 o território do antigo município de Passo Fundo encontra-se apropriado e a propriedade privada relativamente consolidada até o final da República Velha. As colônias privadas ocupam extensas áreas (gerando-se nelas, posteriormente, vários municípios, como Sarandó, Ronda Alta, Rondinha, Tapera, Selbach, Colorado, Ernestina, Não-Me-Toque, Tapejara etc). As colônias e assentamentos estaduais são em maior número até 1930, até o fim da República Velha, portanto.

Dessa maneira, conforma-se um território dominado por proprietários fundiários que subordinam camponeses caboclos sob relações de trabalho não capitalistas, bem como por um grande número de camponeses pequenos proprietários que obtêm sua reprodução simples à base de uma agricultura praticada pelo trabalho familiar. O território contém também uma legião de camponeses caboclos que, pela “intrusão”, constituem um grupo que, potencialmente, traz desde então, as características que envolvem graves problemas fundiários no campo. O território do antigo município de Passo Fundo, entre 1918 e 1931, adquire assim as feições mais completas, com a colonização privada e pública, ao nível das diferentes classes e grupos sociais. A figura 10 evidencia estas diferentes feições ao nível da estrutura fundiária do antigo município.

FIGURA 10



FONTE: FEE -- DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PESQ/ORG: ALDOMAR RUCKERT/88.

Considerações finais – Esta revisitada temática da “história da ocupação e colonização” numa área densa e complexa, como é o caso do antigo município de Passo Fundo, evidencia-nos uma riquíssima história territorial, num processo de construção do território onde interagem diversos agentes.

No plano local e regional tem-se os indígenas aldeados; os caboclos expropriados dos ervais e da propriedade privada; escravos nas fazendas de pecuária e nos ervais; proprietários fundiários e chefes políticos serranos “progressistas” à moda positivista republicana e pequenos proprietários em imensa maioria num território que, até a década de 90 do séc. XIX, é basicamente, estruturado com base no trabalho escravocrata.

Nos planos da província / império, estado / república respectivamente tem-se o Estado Imperial, os senhores do café e sua Lei de Terras de 1850 e o Estado Provincial, unido à Igreja que executa esta Lei; o Estado Republicano e os positivistas do Partido Republicano Riograndense; os capitais belgas, num primeiro momento, e norte-americanos num segundo empregados na Ferrovia São Paulo-Rio Grande, no trecho de Santa Maria ao Rio Uruguai.

São estes, pois, os agentes que conformam este espaço complexo que procuro desvelar a partir de sua gênese, como o território-chão dos homens e do Estado. Esta é, assim, uma passagem inicial de minha contribuição à sistematização do conhecimento sobre esta região. Entendo pois que o espaço-cidadão somente pode existir como tal à medida em que passamos a desvelar tanto os múltiplos determinantes que agem sobre nós e nosso chão, como a diversidade de caminhos políticos que podemos construir individual e coletivamente.

*Professor no Departamento de Geografia da UFRGS.